

NEM TUDO QUE RELUZ...

Por Weruska Goeking

Imagine a seguinte situação: sua empresa está expondo em uma grande feira do setor e enquanto você dá uma volta para conferir os outros estandes se defronta com um produto igual ao seu (ao menos, na aparência), que também está usando logomarca e nome muito parecidos com os utilizados pela sua empresa. Infelizmente, você já deve ter passado por situação semelhante ou conhece alguém que já viveu esse fato.

Infiltrada em quase todo o mercado brasileiro e internacional, de canetas a disjuntores, a pirataria vem ganhando mais espaço e causando danos cada vez mais devastadores. Ela faz parte de um grupo ainda maior de produtos que prejudicam os fabricantes, os consumidores e a economia do País: são os materiais contrafeitos. Esses materiais são aqueles que imitam ou buscam a imagem de um produto fabricado por uma empresa que pesquisou, desenvolveu, investiu e certificou o material, conforme as exigências das normas técnicas aplicáveis.

Nos materiais contrafeitos incluem-se as cópias, que são reproduções de produtos com o uso do desenho original sem

autorização do fabricante e podem ser cópias idênticas, com a mesma marca, modelo, referência, certificação, logo, etiquetas, etc.; cópias similares, com todos os itens idênticos, exceto a marca; e cópias técnicas, que possuem o mesmo desenho técnico, mas com componentes diferentes ou até mesmo faltando alguns itens internos. Também fazem parte dos materiais contrafeitos os produtos falsos, que copiam o original e possuem alguns itens falsificados, como a etiqueta, a caixa, etc. Os fabricantes de materiais contrafeitos têm como um de seus objetivos enganar e/ou confundir o consumidor para obter maior benefício sem medir as consequências físicas ou materiais do uso desse produto.

Diferente da imagem que temos da pirataria de anos atrás - do ambulante sem oportunidade no emprego formal que vende CDs e DVDs na feira -, hoje a comercialização de materiais contrafeitos é considerado um problema de segurança pública, conforme o secretário-executivo do Ministério da Justiça e presidente do Conselho Nacional de Combate à Pirataria, Luiz Paulo Barreto afirma. “Ela está vinculada ao tráfico de armas e ao tráfico de drogas e tem de ser

OS MATERIAIS CONTRAFEITOS ESTÃO EM TODOS OS SETORES DA INDÚSTRIA, MAS QUANDO FALAMOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS O PROBLEMA É MAIS SÉRIO: ALÉM DE PREJUDICAR A ECONOMIA, O MATERIAL ELÉTRICO CONTRAFEITO PODE CAUSAR MORTES. DIANTE DE UM CASO TÃO SÉRIO, POR QUE ESTE CRIME CONTINUA PRATICAMENTE IMPUNE? E O QUE O GOVERNO E AS EMPRESAS DO SETOR TÊM FEITO PARA MINIMIZAR ESSE PROBLEMA?

combatida, pois dá poder às máfias internacionais”, explica.

No setor de materiais elétricos, segundo associações e empresas, os produtos contrafeitos mais encontrados no mercado são disjuntores, bornes/contatores, relés, chaves seccionadoras, fusível, capacitores e chaves gerais (comutadores, botões de comando, sinaleiros).

De acordo com o presidente do Fórum Nacional Contra a Pirataria e Ilegalidade, Alexandre Cruz, a International Criminal Police Organization (Interpol) já considera a pirataria como o crime do século, ultrapassando o tráfico de entorpecentes em movimentação financeira.

Em 2007, em um encontro em Genebra (Suíça), a Interpol divulgou que o contrabando de materiais contrafeitos movimentou 522 bilhões de dólares, perante os 322 bilhões de dólares movimentados pelo tráfico de drogas no mesmo período. De acordo com a pesquisa, esse comportamento reflete uma tendência de ligação dos dois tipos de crime. “Nossas apreensões têm mostrado que junto ao produto pirata têm drogas e munições. A mesma máfia que opera com produtos piratas, faz a lavagem de dinheiro desses produtos. Temos de tentar mudar esse cenário. Muita gente não

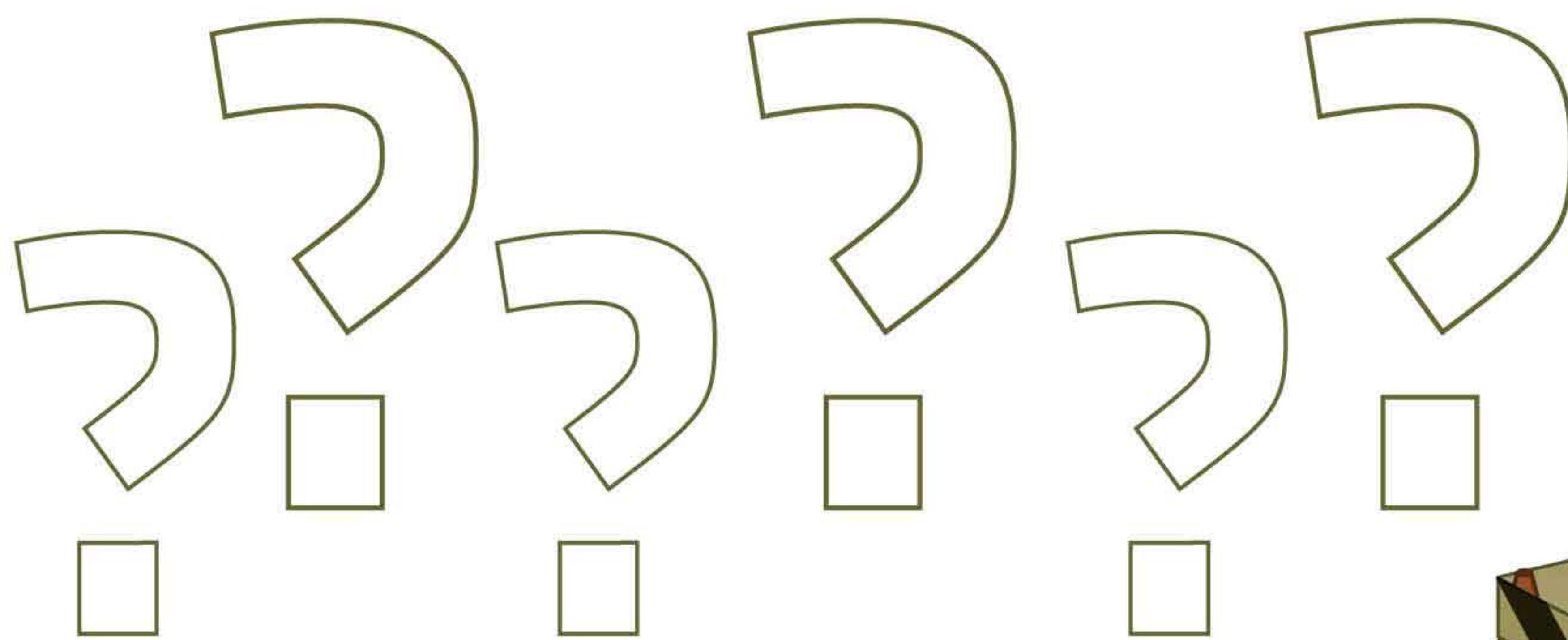
acredita ainda, mas é uma realidade. Precisamos mostrar isso ao consumidor, já que ao comprar um produto pirata ele pode estar colocando a droga na escola, a arma na mão do bandido na rua. Aquilo tudo que provoca insegurança pública e que tanto assusta a população brasileira”, explica Barreto.

No mercado internacional, os materiais contrafeitos já representam mais 10% de toda a movimentação. No Brasil, as empresas do segmento de materiais de instalação elétrica explicam que não possuem dados da representatividade dos prejuízos dos materiais contrafeitos comercializados anualmente no Brasil. “As empresas importadoras, apesar de oficialmente estabelecidas, são muito fechadas”, esclarece o coordenador e porta-voz do Grupo de Trabalho de “Combate aos Produtos Contrafeitos e Ilegalidades”, Mario Sergio Amarante Filho.

De acordo com o Fórum Nacional Contra a Pirataria e Ilegalidade, os Estados mais ricos são os que lideram o mercado ilegal no País, sendo a cidade de São Paulo o maior pólo de venda de produtos piratas.



Ilustrações: Anderson Baldime



“A PIRATARIA É TÃO LUCRATIVA QUANTO O TRÁFICO, MAS VOCÊ NÃO VAI PARA A CADEIA”.

ALEXANDRE CRUZ, PRESIDENTE DO FÓRUM NACIONAL CONTRA A PIRATARIA E ILEGALIDADE

Para o Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil, o Sindireceita, e o Conselho Nacional de Combate à Pirataria, as principais consequências dessa ação é o aumento do desemprego, a sonegação de impostos, o prejuízo para a economia nacional e a saúde, o engano do consumidor, o roubo de idéias e invenções, a prática da concorrência desleal e o aumento do crime organizado.

Estudo do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco) mostra que o País perde anualmente R\$30 bilhões em arrecadação tributária em razão dos materiais contrafeitos. De acordo com uma análise da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), dois milhões de empregos deixam de ser gerados pelo mesmo motivo.

A Pesquisa Nacional de Pirataria, realizada em agosto do ano passado pela Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio-RJ) em parceria com o Instituto Ipsos, mostra que o preço ainda é o fator mais atrativo dos materiais contrafeitos: 97% dos pesquisados disseram ter comprado esse tipo de produto por ser mais barato, dos quais 67% reconhecem que seu uso pode trazer alguma consequência negativa; 65% entendem que essa prática causa desemprego; e 72% acham que a pirataria alimenta o crime organizado.

A maior parte dos produtos contrafeitos é importada de países como a China, Índia, Tailândia, Indonésia, Malásia, entre outros. Evidentemente, muitos dos produtos importados desses países são regulares, têm qualidade e entram no Brasil mediante o devido pagamento de tributos. Entretanto, como impedir que produtos contrafeitos cheguem até aqui? Luiz Paulo Barreto afirma que o Conselho Nacional de Combate à Pirataria está empenhado nessa difícil tarefa. Ele conta que há um projeto de trabalhar com os países envolvidos, pois eles também são afetados por esse comércio ilegal.

O objetivo é buscar medidas internacionais em conjunto para combater as máfias envolvidas em todo o processo. “Nós temos fronteiras grandes e muitos portos. Isso tudo dificulta o controle

de produtos piratas, mas o ideal é que o policial tenha uma cultura para combater a entrada desses produtos ilícitos em nosso País. Ao mesmo tempo, temos de reforçar os esforços internacionais para termos uma melhor adesão”, reconhece.

O presidente do Conselho afirma que o tema já tem sido levado ao cenário internacional por meio da Interpol. “Acho que isso já é um começo importante para tentar mobilizar a sociedade internacional, a fim de termos instrumentos eficazes multilaterais de combate à pirataria”, avalia Barreto.

O PONTO DE VISTA DA REVENDA

Para o diretor da Associação Brasileira dos Revendedores e Distribuidores de Materiais Elétricos (Abreme), Mauro Delamano, o governo tem auxiliado pouco. “Eles acabam abordando só alguns pontos. O que está muito em pauta na mídia são os CDs, DVDs, mas não é só isso o problema do Brasil”, pondera.

Ele defende que as políticas sejam mais focadas nas questões técnicas dos materiais contrafeitos e que o governo deveria criar mais dificuldades para evitar que esses produtos entrem no mercado nacional. “Nosso problema é na linha de material técnico, que tem de gerar segurança, e o risco maior é causar algum acidente físico. Ao passo que, no CD e DVD, o prejuízo maior é o econômico”, diz. Para ele, o impacto mais sentido nas vendas em relação aos materiais contrafeitos é a concorrência desleal. “É uma situação de extrema desigualdade de competição”.

Delamano reconhece que alguns pontos-de-venda, por desconhecimento do produto, acabam revendendo materiais contrafeitos sem saber. Para minimizar esses enganos, ele afirma que a única solução está na conscientização dos revendedores em saber o que é o material contrafeito e se o produto é irregular.

Para a supervisora do Núcleo de Fiscalização da Qualidade (NFQ)

do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo (Ipem/SP), Ivete Boldrini, a revenda sabe que está comercializando um produto irregular sempre. “Quem compra com nota fiscal sabe a origem do produto. Se ele comprou um produto informalmente, sem documento, sabe que está comprando um produto irregular e está assumindo o risco”, declara.

No caso de problemas no uso de um material elétrico contrafeito, Delamano alerta que a revenda tem total responsabilidade, pois comercializou um produto sem garantias que não passou pelas análises aplicáveis ao produto, de acordo com a norma vigente no País.

A importância da responsabilidade das vendas é, inclusive, um dos tópicos de avaliação do prêmio Top Revendas Lumière, concedido anualmente pela Editora Lumière às melhores vendas de material elétrico do Brasil, e que este ano acontece no dia 6 de novembro. Um dos itens avaliados trata exatamente da procedência e da conformidade dos produtos por elas comercializados.

AÇÕES DENTRO DO PAÍS

Além do Conselho Nacional de Combate à Pirataria, outros órgãos e departamentos estão de olho nos materiais elétricos contrafeitos. É o caso do Ipem/SP, que é um órgão delegado do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), presente em todos os Estados. Segundo a

supervisora do Núcleo de Fiscalização da Qualidade (NFQ) do Ipem/SP, Ivete Boldrini, o objetivo principal do Ipem é garantir a defesa do consumidor. O órgão possui fiscais que inspecionam os produtos certificados compulsoriamente pelo Inmetro, para averiguar se estão cumprindo as diretrizes das Portarias cabíveis. “Por intermédio da fiscalização, recolhemos do mercado formal o produto que está inadequado”, explica Boldrini.

A fiscalização acontece desde 1993 e hoje são quase 90 produtos fiscalizados diariamente pelo Instituto em locais diversos, que vão desde uma pequena revenda no interior às grandes redes distribuidoras. Atualmente, são 18 fiscais no Estado de São Paulo, sendo 12 na capital e outros seis que atuam em municípios do interior e seus arredores (dois fiscais em Campinas, um em São José dos Campos, um em São José do Rio Preto, um em Bauru e um em Ribeirão Preto).

Para a fiscalização, os funcionários recebem treinamentos específicos de cada produto a ser analisado. A supervisora explica que o setor está em desenvolvimento e que o número de fiscais deve aumentar, mas ainda não há previsão para as contratações - o ideal é ter 25 funcionários desse tipo no Estado. “No entanto, mesmo com os 18 existentes, conseguimos atender à demanda. Tudo o que nos está proposto está sendo executado”.

A questão é polêmica. Há quem diga que os Institutos pode-

“O FIM DA PIRATARIA É UMA UTOPIA, MAS ELA PODE SER UMA REALIDADE A PARTIR DA CONSCIENTIZAÇÃO”.

LUIZ PAULO BARRETO, SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À PIRATARIA

riam ajudar mais se contassem com um número maior de fiscais. É o caso da Abreme. Para seu diretor, Mauro Delamano, além de ter mais fiscais, o órgão deveria ter uma atuação maior e mais direcionada aos materiais contrafeitos.

Os produtos reprovados são recolhidos (quando o volume permite que o fiscal retire o material) ou interditados (quando em grandes quantidades) e aguardam até a decisão final do caso. O comerciante é obrigado a apresentar um documento que comprove a origem do produto em até 15 dias. Uma vez comprovada a pirataria, todos os envolvidos são autuados. Sem o documento, apenas o comerciante é responsabilizado. O valor da multa para cada um dos envolvidos varia de R\$100 a R\$50 mil, de acordo com cada caso.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) também tem, desde 2006, um departamento para auxiliar suas empresas filiadas no combate aos materiais contrafeitos: a Unidade de Combate à Pirataria. Todavia, desde 2004 a Federação atua de alguma forma na luta contra a pirataria e sua primeira ação foi com a criação do Conselho de Combate à Pirataria, vinculado ao Ministério da Justiça.

A Fiesp foi o primeiro participante do painel de colaboradores do Conselho, realizando seminários sobre pirataria com o auxílio de especialistas brasileiros e americanos. A partir de 2006, a Fiesp deu início aos treinamentos com servidores públicos e policiais federais, com a participação de membros de empresas de produtos pirateados.

Segundo a coordenadora de defesa comercial (área responsável pela propriedade intelectual e combate à pirataria) do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Dere), Ana Paula Vilela Carvalho, o objetivo é estabelecer uma parceria entre os setores público e privado no combate à pirataria, apresentando as diferenças técnicas dos produtos “que só o dono da marca sabe” para que profissionais da Receita Federal - que lidam com esse problema todos os dias - possam

diferenciar o produto pirata do verdadeiro e fazer as apreensões. Os treinamentos também aproximam os fiscais dos fabricantes, criando um meio de comunicação entre eles. “Eles ligam pedindo informações das empresas, esse é um dos maiores sinais de que está dando certo”, comemora.

Atualmente, são apresentados mais de 40 produtos que são campeões em pirataria nos treinamentos. “Representamos quase toda a gama de produtos que são pirateados, mas claro que não todas as marcas. Hoje a pirataria atua em todos os setores, não há um setor que não seja atingido”, conta Carvalho.

A relação de produtos dos treinamentos foi escolhida pela Receita Federal e já tem até lista de espera. Carvalho conta que há planos de aumentar o número de produtos apresentados já no ano que vem, mas o tempo dos treinamentos é limitado a um dia, pois desloca muitos profissionais de seus afazeres.

Ainda não há uma pesquisa demonstrando o resultado desse trabalho, mas foi constatado que desde 2006 a apreensão de produtos irregulares cresceu. “O aumento das apreensões obviamente não é só em razão do treinamento, mas quanto mais informações, mais produtos são apreendidos”, comemora Carvalho.

A influência dos treinamentos no combate aos materiais contrafeitos deve ser conhecida em 2009. Uma pesquisa será realizada com diversas empresas durante quatro meses e o resultado será divulgado em setembro.

Outro projeto da Unidade de Combate à Pirataria é a promoção de debates entre magistrados, com o objetivo de levar mais informações sobre o assunto às pessoas que julgam casos de contrafeitos. Também há planos de montar um banco de dados que disponibilize para os fiscais da Receita Federal, e todos os órgãos que atuam com contrafeitos, informações úteis de diversos produtos para facilitar o reconhecimento de irregularidades. A previsão é de que esteja disponível em junho de 2009.

Outro órgão que tem auxiliado no combate aos contrafeitos é o Fórum Nacional Contra a Pirataria e Ilegalidade, fundado em 2003. O órgão está dividido em três vertentes, uma de apoio à repressão, outra econômica e, por fim, a vertente política.

No apoio à repressão, o Fórum atua treinando servidores públicos em conhecimentos técnicos sobre pirataria. “É um trabalho em que convencemos uma autarquia, uma instituição, de que o treinamento é importante. Depois fazemos seminários com grande presença de servidores”, afirma o presidente do Fórum, Alexandre Cruz. Até agora, foram mais de três mil servidores treinados, entre policiais federal, rodoviário e de aeroportos, juízes, promotores de justiça e fiscais de prefeituras.

O Fórum também conta com o 0800-013-0522 que, além de receber denúncias da população, também recebe ligações de agentes públicos, os quais necessitam fazer contato com a iniciativa privada para o reconhecimento de produtos irregulares.

Na vertente econômica, o Fórum busca divulgar e solicitar medidas que diminuam a diferença de preço entre o produto original e o pirateado. “Solicitamos que o governo reduza a

carga tributária de produtos muito contrabandeados e nessa proposta mostramos que há um comprometimento do fabricante em repassar o benefício fiscal para o consumidor, reduzindo a diferença de preço”, explica Cruz. A idéia é mostrar para o governo que assim ele arrecadará mais impostos, porque mais produtos serão comercializados.

Na vertente educativa, o órgão tenta conscientizar o consumidor dos malefícios causados pelo produto contrafeito na sociedade, como os riscos à saúde e a colaboração com o crime organizado.

INICIATIVA PRIVADA

A história contada no início da reportagem aconteceu há cerca de dois anos e significou o pontapé inicial para a união de empresas do segmento de materiais de instalação elétrica no combate aos materiais contrafeitos. Diante dos prejuízos econômicos e morais incalculáveis causados aos fabricantes pela comercialização - obviamente ilegal - de materiais contrafeitos, surgiu o Grupo de Trabalho de “Combate aos Produtos Contrafeitos e Ilegalidades”, formado pela Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), pela Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), pela Associação Brasileira dos Revendedores e Distribuidores de Materiais Elétricos (Abreme), por fabricantes de equipamentos elétricos e por revistas especializadas. O objetivo do grupo é desenvolver ações conjuntas para o combate aos produtos contrafeitos e outras práticas adversas à concorrência saudável.

A primeira reunião do Grupo - ainda não oficializado - ocorreu



em setembro do ano passado, quando quatro empresas compareceram ao encontro. As reuniões passaram a acontecer a cada 30 dias, contando sempre com um número maior de participantes. A idéia era criar um Grupo com empresas que tivessem uma filosofia em comum no combate aos materiais contrafeitos.

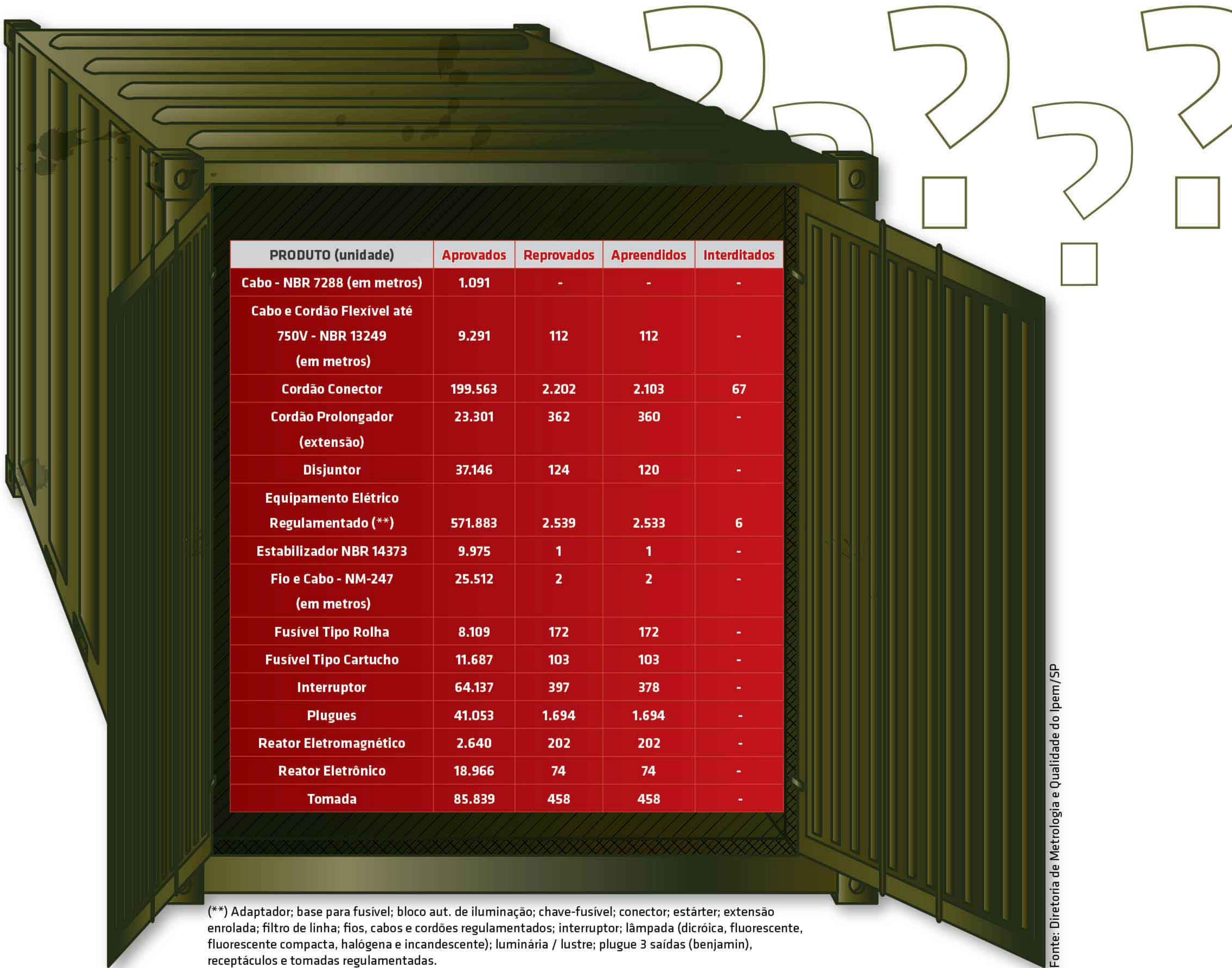
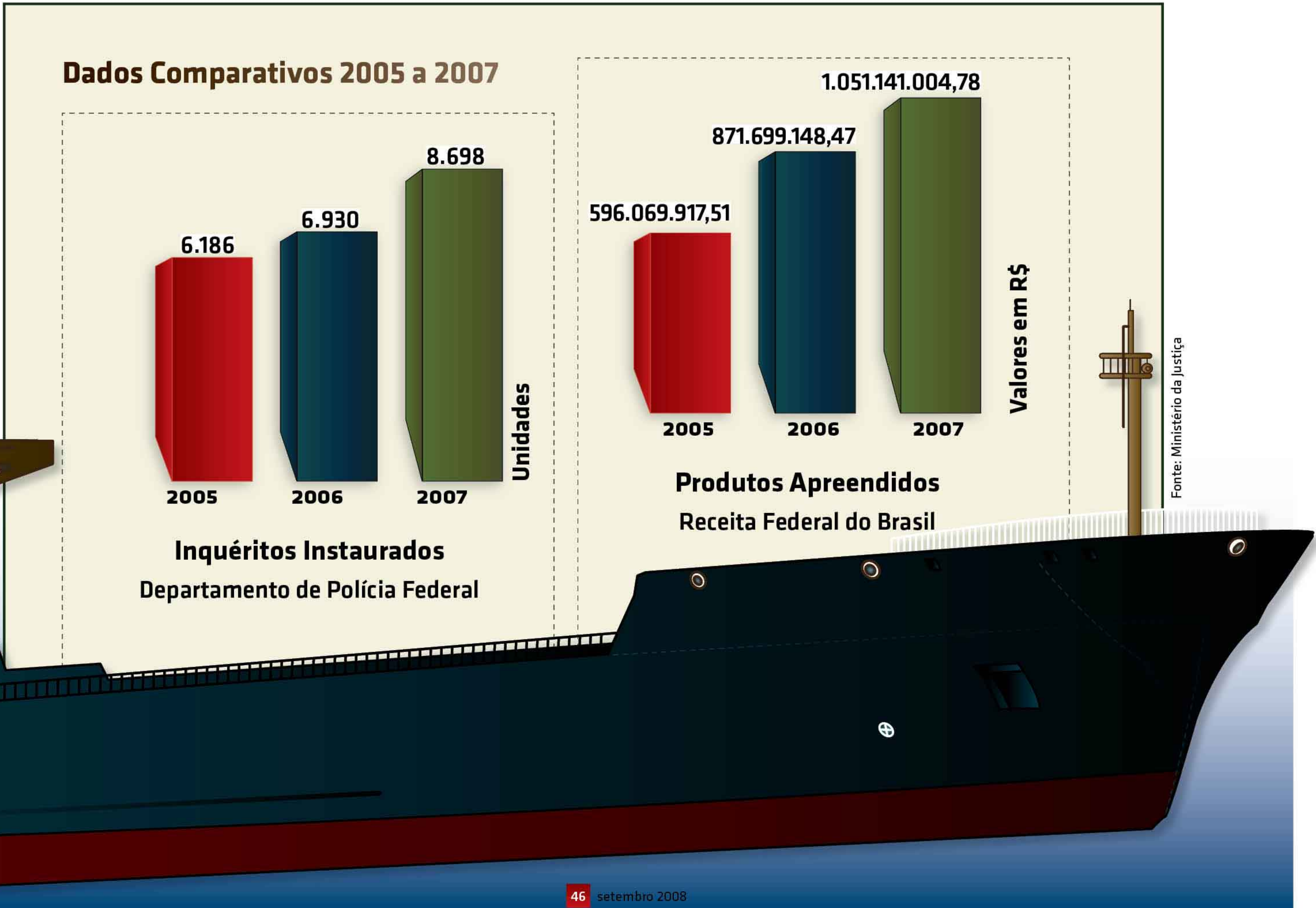
O coordenador do Grupo e gerente de vendas e marketing da Kraus&Naimer, Mario Sergio Amarante Filho, conta que já existia um Grupo de Trabalho na área de Componentes Industriais e Material Elétrico de Instalação na Abinee, e algumas empresas já se reuniam trimestralmente para discutir problemas e ações, visando ética entre os fabricantes do setor. Também era discutida a classificação fiscal dos produtos para a correta alíquota de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) nos diversos grupos de produtos. “Como as empresas nos dois Grupos eram as mesmas, surgiu a idéia de efetuar um trabalho de informação ao mercado a respeito de uma prática que vinha crescendo, isto é, a comercialização de produtos ‘parecidos’ - mas ‘muito pareci-

dos’ - com aqueles tradicionais ao mercado de material elétrico e, para tal, criamos o GT”, explica o coordenador.

De acordo com o coordenador, a primeira ação do Grupo foi elaborar um plano de trabalho, no qual as metas e ações serão conhecidas e corrigidas ao longo dos próximos 12 meses. Algumas ações ainda são guardadas em sigilo porque, segundo Amarante Filho, perderão o efeito esperado se forem divulgadas, porém o mais importante trabalho será feito no sentido de conscientizar o consumidor.

Para ele, o fato mais importante até o momento é a participação da Abreme e da Abimaq. “Depois de conhecerem nosso propósito, as associações abriram suas casas e propuseram apoio incondicional e participação efetiva dentro do Grupo, com representantes e ações específicas aos seus segmentos de mercado. Estava aí desenvolvida o que chamamos de base, o tripé, associando o fabricante, o canal de distribuição e o usuário, um apoiando o outro”, conclui.

O Grupo de Trabalho foi divulgado oficialmente no dia 15 de



agosto, na sede da Abinee, em São Paulo (SP), simultaneamente para toda a imprensa especializada. Na data, o diretor da área de materiais elétricos da Abinee, Sérgio Lima, contou que o objetivo principal do grupo é informar aos consumidores os riscos desses produtos, pois na maioria das vezes eles não são submetidos a ensaios e testes requeridos por órgãos certificadores, nem são regulamentados de acordo com as normas brasileiras vigentes para os materiais fabricados. “Esse assunto sempre foi difícil para se trabalhar. Com a formação desse grupo, conseguiremos dar o primeiro passo para esses tipos de ações”, afirma.

As ações do Grupo se iniciarão por meio de anúncios informativos nas mídias especializadas no setor, alertando os leitores de que a semelhança visual não representa a similaridade da qualidade dos produtos copiados. Os informes também serão distribuídos em pontos-de-venda e revendas de materiais elétricos, local que, de acordo com o coordenador do Grupo, é um dos mais indicados para se atingir o consumidor final e pouco qualificado sobre o assunto.

Após isso, o Grupo deve criar um site com informações a respeito dos problemas que os materiais contrafeitos podem causar. A nova

página deve ser uma extensão da página da Abinee e as informações também poderão ser visualizadas nos sites das fabricantes de materiais elétricos participantes do grupo. Até o fechamento desta edição, as empresas que faziam parte do Grupo eram: Siemens, WEG, Schneider Electric, Phoenix Contact, Finder, Conexel, Condumax, GE, Metaltex, Eaton, Holec, Moeller, Ilume e Kraus & Naimer.

Com essas iniciativas, o Grupo de Trabalho pretende difundir e esclarecer pontos que estão intimamente ligados à fabricação, comercialização e utilização dos produtos contrafeitos, como a segurança do consumidor – principal abordagem do trabalho – e os sérios problemas causados à economia do País por fábricas irregulares, que não atendem as legislações ambientais, trabalhistas e fiscais.

A Abinee afirmou ainda que planeja fiscalizar a participação de empresas cujos produtos não obtiverem procedência adequada nas feiras e nos eventos do setor. A ação deve acontecer nas próximas edições da Feira Internacional da Indústria Elétrica e Eletrônica (FIIEE), que acontecerão nos Estados de Minas Gerais, em 2008, e em São Paulo, em 2009.

A Abimaq justificou sua participação na reunião, enfatizando que os problemas relacionados à cópia de produtos acontecem tanto no